

CONTINUAÇÃO - RIOMAR SHOPPING S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, avaliando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a uma alteração a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 23 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditor Independente
CRC 2SP000160/O-5 Fº PE

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contador CRC PE-020549/O-6

DIRETORIA

João Carlos Paes Mendonça - Diretor Presidente
Jaime de Queiroz Lima Filho - Diretor Vice-presidente
João Carlos Paes Mendonça Tavares de Melo - Diretor Vice-presidente
Marcelo Tavares de Melo Filho - Diretor Vice-presidente
Rafael Monteiro de Barros Guimarães - Diretor Administrativo Financeiro
Arnaldo da Costa Porto Filho - Contador - CRC/PE - 022272/O-7

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO EXERCÍCIO 2020

NOME: Fundação Manoel da Silva Almeida - UPA NOVA DESCOBERTA - SOLANO TRINDADE - CNPJ: 09.767.633/0005-28 **Nome do Parceiro público:** Estado de Pernambuco - Secretaria Estadual de Saúde **Resumo do Objeto do Contrato de Gestão:** Operacionalização de gestão e execução de ações e serviços de saúde da UPA NOVA DESCOBERTA **Valor estipulado no contrato de Gestão: R\$ 16.488.812,64** **Data de assinatura e término do contrato de Gestão:** 03 de janeiro de 2011 a 03 de janeiro 2021

Execução Físico-Financeira	Financeira
Execução Físico	Financeira
1 - Atirng percentual entre 85% da meta de 148.500 atendimentos.	85.118 Atendimentos médicos, 57,32% do atendimento . Meta não - cumprida, justificada e acatada pela SES
Meta de Qualidade Pactuada	Resultado Alcançado
1 - Acolhimento e Classificação de Risco 100% dos Atendimentos	100% Atendido
2 - Escala Médica incompleta.	Meta não cumprida, justificada e acatada pela SES .
3 - Serviço de Atenção ao Usuário, Resolução das Queixas 80% mensal.	100% Resolvidas
4 - Atirng 98% de CEP válido compatível com o código IBGE.	100% Válidos e Compatível
Resumo Financeiro do Exercício	Valor (R\$)
Val r repassado no Exercício	16.630.653,19
Aplicações Financeiras	15.909,05
Despesa Total do Exercício	17.143.389,74
Saldo do Contrato de Gestão no Exercício	- 496.827,50
Daniel Akel Pereira de Araujo Coordenador Geral.	Luiz Alberto Pereira de Araujo Superintendente da Fundação Manoel da S. Almeida
Fonte: PCF - Planilha Contábil Financeira / SES - Secretaria de Saúde	

MOURA DUBEUX ENGENHARIA S.A. Companhia Aberta de Capital Autorizada CNPJ/ME nº 12.049.631/0001-84 - NIRE 26.3.0001525-1 **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da Moura Dubeux Engenharia S.A. ("Companhia") convocados para se reunir, de modo exclusivamente digital, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme especialmente alterada pela Instrução da CVM nº 622, de 17 de abril de 2020 ("Instrução CVM 481") e da Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020. A AGOE será realizada em 30 de abril de 2021, às 12 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Engenheiro Domingos Ferreira, nº 467, auditório (andar 2º), Pina, CEP 51011-050, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; e (ii) apreciação da proposta de não distribuição de dividendos tendo em vista a ausência de lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. (B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixação do montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021. Observada a adoção da modalidade exclusivamente digital, os acionistas poderão participar e votar na AGOE à distância por meio (i) do envio do boletim de voto a distância (conforme indicado no item 1, (i) abaixo), e/ou (ii) do sistema eletrônico (conforme indicado no item 1, (ii) abaixo). A AGOE será realizada na modalidade exclusivamente digital, nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, 17 de dezembro de 2009, conforme alterada. Portanto, não será admitida a participação e votação presencial dos acionistas nesta AGOE. **Maiores informações sobre participação na AGOE poderão ser obtidas na Proposta da Administração que está disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (r1.mouradubeux.com.br).** Orientações Gerais: 1 Participação à Distância Tendo em vista que a AGOE será realizada na modalidade exclusivamente digital, os acionistas poderão, nos termos da Instrução CVM 481, participar à distância da AGOE das seguintes formas: (i) Boletim de Voto à Distância: a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio do escriturador da Companhia, dos respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes na Proposta da Administração e item 12.2 do Formulário de Referência. (ii) Sistema Eletrônico: a Companhia adotará o sistema de participação à distância, permitindo que seus acionistas participem da AGOE ao acessarem a plataforma Ten, desde que observadas as condições abaixo resumidas. **As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na proposta da Administração que poderá ser acessada por meio do website de Relações com Investidores da Companhia (r1.mouradubeux.com.br), bem como do website da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br)** Para participarem por meio de sistema eletrônico, os acionistas deverão se cadastrar no link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1A351FC1CB0> até as 12 horas do dia 28 de abril de 2021, e submeter toda a documentação necessária (conforme indicada no item 2 abaixo e na Proposta da Administração) para permitir a participação do acionista na AGOE, conforme detalhado na Proposta da Administração da Companhia relacionada à AGOE. Os acionistas que não efetivarem seu cadastramento no prazo acima referido (ou seja, até as 12 horas do dia 28 de abril de 2021) não poderão participar da AGOE, nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM 481. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação à distância, a Companhia enviará um e-mail confirmatório para participação do acionista por meio da plataforma digital Ten somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas na Proposta da Administração, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação (conforme indicados no item 2 abaixo e na Proposta da Administração). O link e senha serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização. **2 Esclarecimentos Adicionais** (i) Cópias dos documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no website de Relações com Investidores da Companhia (r1.mouradubeux.com.br), bem como no website da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e (ii) Sem prejuízo das informações sobre a participação na AGOE dispostas na Proposta da Administração, os acionistas da Companhia deverão se cadastrar na plataforma Ten até as 12 horas do dia 28 de abril de 2021 para participar da AGOE, devendo submeter, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Recife, 30 de março de 2021. **Gustavo José Moura Dubeux** Presidente do Conselho de Administração

CCP HOLDING S.A. e Consolidado - CNPJ: 14.012.171/0001-45 - Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas: em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, permanecendo à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Recife - PE. A.Diretoria

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	786	561	188.778	76.686
Contas a receber de clientes	-	-	26.799	26.565
Estoques	-	-	61.531	60.115
Tributos a recuperar	70	32	7.262	12.622
Despesas antecipadas	-	-	202	207
Dividendos a Receber	4.022	2.184	-	-
Partes relacionadas	4.353	-	-	-
Outros créditos	-	-	-	-
Total do ativo circulante	9.231	2.777	3.397	1.864
Não circulante			287.969	178.059
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras restritas	-	-	37.903	36.916
Tributos a recuperar	-	-	211	924
Depósitos judiciais	-	-	139	359
Tributos diferidos	-	-	15.188	19.830
Partes relacionadas	8.600	-	-	-
Outros créditos	-	-	1.096	1.097
Investimentos	370.775	292.511	-	-
Direito de uso	-	-	284	-
Imobilizado	-	-	551.682	590.534
Intangível	-	-	7.951	8.522
Total do ativo não circulante	379.375	292.511	614.454	658.182
Total do ativo	388.606	295.288	902.423	836.241
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	-	-	20.414	25.159
Empréstimos e financiamentos	-	-	83.815	47.615
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	268	-
Obrigações e encargos trabalhistas	-	-	5.912	3.345
Tributos a recolher	38	-	7.518	3.564
Dividendos propostos	19.191	-	19.191	-
Partes relacionadas	222	-	12.456	2.292
Obrigações por arrendamento	-	-	164	-
Outras contas a pagar	-	1	4.601	2.433
Total dos passivos circulantes	19.451	-	154.339	84.408
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	359.219	415.866
Provisões	-	-	1.399	674
Obrigações por arrendamento	-	-	131	-
Partes relacionadas	-	-	18.067	40.000
Outras contas a pagar	-	-	113	5
Total do passivo não circulante	-	-	378.929	456.545
Patrimônio líquido				
Capital social	307.543	307.543	307.543	307.543
Reservas de lucros	61.612	-	61.612	-
Prejuízos acumulados	-	(12.256)	-	(12.255)
Total do patrimônio líquido	369.155	295.287	369.155	295.288
Total do passivo e patrimônio líquido	388.606	295.288	902.423	836.241

Demonstração do resultado para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita líquida	-	-	391.269	294.910
Custo dos produtos vendidos	-	-	(196.870)	(197.301)
Lucro bruto	-	-	194.399	97.609
Recargas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(276)	(13)	(14.359)	(12.520)
Despesas comerciais	-	-	(64.952)	(53.369)
Resultado da equivalência patrimonial	93.002	20.241	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(609)	5.443
Total	92.726	20.228	(79.920)	(60.446)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	92.726	20.228	114.479	37.163
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	472	32	7.612	6.796
Despesas financeiras	(1)	(1)	(20.203)	(24.050)
Total	471	31	(12.591)	(17.254)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	93.197	20.259	101.888	19.909
Impostos de renda e contribuição social				
Corrente	(138)	-	(4.187)	(765)
Diferido	-	-	(4.642)	1.107
Total	(138)	(8)	(8.829)	(342)
Lucro líquido do exercício	93.059	20.251	93.059	20.251

As demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia. **Paulo Roberto Pessoa de Lima Junior** - Contador - CRC-PE 023010/O-8

Consulte o nosso site: www.cepe.com.br